

**Sérgio Reis Coelho**

**JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO  
&  
TRADIÇÃO CONCILIATÓRIA  
NO BRASIL**



Curitiba  
Juruá Editora  
2017

---

Visite nossos sites na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

**ISBN: 978-85-362-6986-3**

**JURUÁ**  
EDITORA

**Brasil** – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

**Europa** – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Coelho, Sérgio Reis.

C672      Justiça de transição & tradição conciliatória no  
Brasil./ Sérgio Reis Coelho./ Curitiba: Juruá, 2017.  
350p.

1. Justiça de transição. 2. Democracia. 3. Con-  
ciliação (Direito). I. Título.

CDD 340.11 (22.ed.)

CDU 343.293

000132

---

# SUMÁRIO

---

<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	21
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	23

## Parte I

<b>A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO: ESTRUTURAÇÃO DE UM CONCEITO E DE UMA PRÁTICA JURÍDICA</b> .....	33
--------------------------------------------------------------------------------------------	----

<b>Capítulo 1 DA TRANSIÇÃO À CONSOLIDAÇÃO DEMOCRÁTICA: PARÂMETROS PARA O SURGIMENTO DE UMA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL</b> .....	35
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

1.1 As Transições Políticas para a Democracia: Contingências e Incertezas Procedimentais.....	35
1.2 Consolidação Democrática: Democracia como Rotina .....	43
1.3 Distensão, Abertura e Democracia: o Processo Político Transicional Brasileiro e a Lei de Anistia.....	50

<b>Capítulo 2 A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E A QUALIDADE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA</b> .....	69
---------------------------------------------------------------------------------------	----

2.1 Justiça de Transição: Situando o Objeto de Estudo .....	69
2.2 O Caminho da Justiça de Transição no Brasil: a Vanguarda da Experiência Ditatorial e as Delongas de um Inconcluso Processo Justransicional .....	82
2.3 Dimensões e Conquistas Jurídicas da Justiça de Transição Brasileira .....	89
2.3.1 Dimensão da reparação .....	89

2.3.2	Dimensão da busca da verdade e da construção da memória.....	94
2.3.3	Dimensão da reforma das instituições que perpetraram violações contra os direitos humanos .....	96
2.3.4	Dimensão da regularização da justiça e do restabelecimento da igualdade perante a lei .....	99
2.4	Relacionando Justiça de Transição e Democracia: é Possível Elevar a Qualidade Democrática Brasileira com Medidas Justransicionais? .....	104

## Parte II

	<b>DISCUTINDO A TRADIÇÃO CONCILIATÓRIA NO BRASIL: SUBSTRATOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO JUSTRANSICIONAL BRASILEIRO.....</b>	<b>115</b>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

	<b>Capítulo 3 A CONCILIAÇÃO COMO TRADIÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA: APORTES TEÓRICOS.....</b>	<b>117</b>
3.1	Influxos da Prática Conciliatória na Trajetória Política Brasileira.....	117
3.2	Aplicando a Noção de “Revolução Passiva” de Gramsci à Realidade Brasileira: Subsídios para a Compreensão da Conciliação Política.....	122
3.3	Visões sobre a Conciliação no Pensamento Histórico-Político Brasileiro .....	134
3.3.1	Michel Debrun: a conciliação como um arquétipo político-ideológico brasileiro.....	134
3.3.2	Paulo Mercadante: a conciliação e a consciência conservadora no Brasil.....	140
3.3.3	A neoconciliação e o pensamento de José Honório Rodrigues: a conciliação em uma história engajada.....	148
3.3.4	A transição transada de Florestan Fernandes e a tradição conciliatória na Nova República e na Constituição Federal de 1988 .....	158

<b>Capítulo 4 O IRROMPER DA TRADIÇÃO CONCILIATÓRIA NO II REINADO: FATOS HISTÓRICOS E JURÍDICOS DA CONCILIAÇÃO NO IMPÉRIO .....</b>	<b>167</b>
4.1 O Marquês de Paraná e a Criação do Gabinete da Conciliação no Segundo Reinado.....	167
4.2 O Poder Moderador na Constituição de 1824: um Fato Jurídico Conciliatório.....	178
4.3 A Política de Conciliação e a Abolição da Escravatura no Brasil... 183	
4.3.1 O movimento antiescravista: emancipacionismo e abolicionismo no século XIX.....	183
4.3.2 A trajetória das leis abolicionistas no Brasil: um exercício de gradualismo e moderação .....	191
<b>Capítulo 5 FORÇAS ARMADAS, CONCILIAÇÃO E REPÚBLICA .....</b>	<b>199</b>
5.1 Forças Armadas e Intervenção na Política.....	199
5.2 As Forças Armadas e a Tradição Conciliatória na República.....	206

### Parte III

<b>DA CONCILIAÇÃO À MEMÓRIA: A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO BRASILEIRA COMO UMA JUSTIÇA MEMORIALISTA .....</b>	<b>219</b>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

<b>Capítulo 6 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO PENAL .....</b>	<b>221</b>
6.1 A Construção da Responsabilidade Penal Individual no Âmbito Internacional e o Debate Justransicional .....	221
6.2 Responsabilização Penal e Democracia: a Tendência Responsabilizadora na América Latina.....	233
6.2.1 Argentina.....	244
6.2.2 Chile .....	250
6.2.3 Guatemala.....	256
6.2.4 Peru .....	260
6.2.5 El Salvador .....	264
6.2.6 Uruguai.....	270

<b>Capítulo 7 A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO MEMORIALISTA NO BRASIL.....</b>	<b>277</b>
7.1 Responsabilização Penal Justransicional no Brasil: um Caminho Ainda Não Percorrido .....	277
7.2 Memória Pautada e Reparação no Atual Estágio da Justiça de Transição Brasileira .....	286
7.3 Comissão da Verdade, Tradição Conciliatória Brasileira e Direito Internacional dos Direitos Humanos: um Novo Horizonte Justransicional?.....	295
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>305</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>313</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO .....</b>	<b>335</b>